XXV Congresso de Iniciação Científica da Unicamp

18 a 20 Outubro Campinas | Brasil

Nem escravos, nem cidadãos: uma análise da legislação sobre trabalho, trabalhadores (as) livres e libertos (as) no Brasil oitocentista (1836 - 1888).

Taina Aparecida Silva Santos*.

Resumo

A investigação teve como foco um conjunto de normas legais sobre trabalho, as condições de trabalhadores (as) livres e a inserção de libertos (as) no mundo do trabalho livre no Brasil, durante o século XIX (1830-1885), material reunido e, já inserido na base de dados Legislação: Trabalhadores e Trabalho em Portugal, Brasil e África de Colonial Portuguesa (www.ifch.unicamp.br/cecult/lex/web/). A pesquisa foi realizada a partir de leis publicadas na Collecção das Leis do Brasil e na Collecção das decisões do governo do Império do Brasil disponíveis na base de dados organizada pelo Centro de Documentação e Informação - Cedi (<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>). Além disso, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre trabalhos que trataram desse tema no Brasil oitocentista, com vistas de produção de um ensaio bibliográfico.

Palavras-chave: trabalhadores livres, libertos, legislação.

Introdução

O contingente de pessoas que saíam da escravidão por meio da compra de alforrias, paralelamente à abolição do tráfico de africanos, certamente, impactou as relações sociais, pautadas na hierarquização racial que separava pretos, pardos e brancos em esferas sociais variadas inclusive no mundo do trabalho. Mecanismos de controle da mão de obra de libertos e africanos, pautados na negação da autonomia destas populações, paralelos à invenção da inadaptabilidade para o trabalho, culminou, por exemplo, na obrigação de prestação de serviços dos africanos livres, sob a tutela de órgãos públicos ou particulares. Dessa maneira, a organização de um sistema de trabalho livre ao longo do século XIX, é parte constitutiva da experiência da população negra livre e liberta. O objetivo deste trabalho foi a investigação, de forma mais específica, da realidade desses indivíduos fora do mundo da escravidão e como as dinâmicas sociais envoltas nesses processos impactaram a organização da legislação que orientou o mundo do trabalho no Império do Brasil.

Resultados e Discussão

Ao longo da pesquisa, foi possível realizar o estudo da legislação referente ao trabalho, trabalhadores livres e libertos disponíveis na *Collecção das Leis do Brasil* e na *Collecção das decisões do governo do Império do Brasil*. Paralelamente, foi realizado um levantamento sobre o material legislativo referente ao tema que já se encontrava organizado e inserido na base de dados *Legislação: Trabalho e Trabalhadores em Portugal, Brasil e África Colonial Portuguesa*. Feita essa pesquisa, foi possível constatar que todas as leis referentes ao assunto e localizadas entre os anos de 1830 e 1885, já haviam sido inseridas na base de dados que compila as leis sobre trabalho e trabalhadores, totalizando 124 normas legais. Após esta etapa, foi feito um levantamento bibliográfico, no qual foi possível localizar 13 trabalhos que versavam sobre o tema. A partir da identificação, foi realizada uma análise sobre as fontes legislativas utilizadas nesses estudos, na qual constatou-se que faziam parte do conjunto daquelas que encontravam-se disponibilizadas na base de dados. Além disso, foi realizado um estudo bibliográfico das principais obras sobre história social do trabalho durante o século XIX. A partir disso, e simultaneamente ao estudo das fontes, foi possível obter um panorama do sistema que

organizou o mundo do trabalho livre no Brasil oitocentista, entretanto, constatou-se que, para obter mais informações do impacto desse sistema legislativo na vida social dos trabalhadores e trabalhadoras, seria necessário o estudo de outras fontes. O que será possível, graças a renovação da bolsa para um estudo que será dedicado a analisar os padrões de ocupações e profissões femininas na cidade de Campinas, na segunda metade do século XIX.

Conclusões

A legislação foi um mecanismo importante, não só para a reconfiguração das formas de controle, como também para o estabelecimento de hierarquias que balizaram o processo de hierarquização e racialização no Pós-Abolição, impactando diretamente a condição social da população livre de cor. Além disso, ancorada sobre o mito da inadaptabilidade dos libertos para o trabalho livre, a legislação foi uma das ferramentas fundamentais na definição de um sistema político que inviabilizou a cidadania dos libertos.

Agradecimentos

Agradeço às contribuições imprescindíveis de Lucilene Reginaldo para a realização desse trabalho. Não poderia deixar de reconhecer, também, as contribuições de Aldair Rodrigues e Ana Flávia Magalhães Pinto. Assim como o financiamento do CNPQ.

Referência bibliográficas:

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

Fontes:

Collecção das Leis do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1871.

Collecção das decisões do governo do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1861.